

Alerta Legislação, nº 31, de 29 de julho a 03 de agosto de 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013**

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. [Mensagem de veto](#)

■ **LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013**

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

■ **DECRETO Nº 8.063, DE 1º DE AGOSTO DE 2013**

Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências

Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI Nº 15.109, DE 29 DE JULHO DE 2013**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014

■ **RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SF/SGP-1, DE 30-7-2013**

Dispõe sobre a contribuição previdenciária ao Regime Próprio de Previdência do Servidor Público - RPPS, dos servidores que ingressaram no serviço público no período de 23-12-2011 a 20-1-2013

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
02/08/2013	<u>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Mensagem de veto <u>LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em

	situação de violência sexual. <u>DECRETO Nº 8.063, DE 1º- DE AGOSTO DE 2013</u> Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.
30/07/2013	<u>DECRETO Nº 8.062, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.061, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.060, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Altera os Decretos nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e nº 5.664, de 10 de janeiro de 2006, para dispor sobre competências da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.
29/07/2013	<u>DECRETO Nº 8.059, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Anexo ao Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura. <u>DECRETO Nº 8.058, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. <u>DECRETO Nº 8.057, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Inclui no Programa Nacional de Desestatização - PND as ligações a serem atendidas pelos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Aprova as condições para o processo de permissão para a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros operados por ônibus do tipo rodoviário a ser implementado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE)

	<u>PORTARIA Nº 38, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Detalha as competências do Núcleo de Apoio ao Artesanato da Secretaria de Competitividade e Gestão da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) <u>PORTARIA Nº 129, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o Plano de Outorga Específico para exploração do futuro aeródromo civil público denominado "Aeródromo Privado Rodoanel", localizado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 912, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Grupo Gestor Nacional da Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares - Escola de Conselhos, com a finalidade de implementar a política nacional de formação continuada destinada aos conselheiros dos direitos e aos conselheiros tutelares, bem como com o objetivo de fortalecer e a valorizar a atuação do conselheiros dos direitos e aos conselheiros tutelares. [...] SECRETARIA-GERAL (SGPR) <u>PORTARIA Nº 40, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Comitê Estratégico do Projeto CATAFORTE - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, e da outras providências.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2013</u> [...] a Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 12, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 1º de agosto de 2013 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2013</u> [...] a Medida Provisória nº 619, de 6 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento

	do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 1º de agosto de 2013 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2013</u> [...] a Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 6, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 1º de agosto de 2013 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 660, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer os procedimentos de gestão, controle, execução e acompanhamento das auditorias nas entidades de âmbito nacional detentoras da autorização para a execução do serviço de registro genealógico e registradas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sediadas nas Unidades da Federação. [...] <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 25 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer os procedimentos e os critérios para emissão do Certificado Fitossanitário - CF e do Certificado Fitossanitário de Reexportação - CFR, por solicitação de exportador, e aprovar os modelos de formulários, constantes dos Anexos desta Instrução Normativa, a seguir: [...]
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS (CIBES) <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 19 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam aprovadas, na forma dos Anexos I e II a esta Resolução, respectivamente, as Diretrizes-Gerais para Exportação de Bens Relacionados à Área Biológica e Serviços Diretamente Vinculados

	e as Instruções para Realização de Operações de Exportação de Bens Relacionados à Área Biológica e Serviços Diretamente Vinculados. [...] <u>RESOLUÇÃO N° 20, DE 19 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1° Aprovar a atualização da Lista de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, em anexo. [...]
Ministério da Cultura (MinC)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) <u>PORTARIA N° 291, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> [...] Portaria nº 269, de 12/07/2013, publicada no DOU de 15/07/2013 que instituiu o Edital Funarte para Realização de Encontros, Seminários, Mostras, Feiras e Festivais [...] I - Prorrogar o prazo de inscrição do edital acima citado até 02 de agosto de 2013; [...]
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL N° 2.203/MD/ME, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o Programa Força no Esporte - PROFESP e dá outras providências.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA N° 18, DE 1°- DE AGOSTO DE 2013</u> [...] Art. 1° Fica instituída a Política de Transferência Assistida de estudantes regulares do Sistema Federal de Ensino, no âmbito dos processos de supervisão que resultem em desativação de cursos e credenciamento de instituições de educação superior pelo Ministério da Educação, com o objetivo de assegurar: I - continuidade dos estudos para formação dos estudantes regularmente matriculados; II - aproveitamento dos estudos realizados; III - formação dos estudantes contemplados por programas federais de acesso ao ensino superior; IV - condições satisfatórias de qualidade de oferta da educação superior e economicamente compatíveis aos estudantes em situação de transferência acadêmica; V - confiança no Sistema Federal de Ensino [...] <u>PORTARIA NORMATIVA N° 17, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições públicas estaduais e municipais de educação superior e de saúde; programas de residência em Medicina de Família e Comunidade Medicina Preventiva e Social e Clínica Médica; e de escolas de governo em saúde pública ao Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências. <u>PORTARIA NORMATIVA N° 16, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a ocupação de bolsas remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao segundo semestre de 2013. <u>PORTARIA N° 674, DE 1° DE AGOSTO DE 2013</u> [...] Art. 1° Fica instituída a Comissão Nacional de Educação do Campo, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo [...]

	<u>PORTARIA N° 673, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2013. <u>PORTARIA N° 671, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente. <u>PORTARIA N° 669, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Ministro e revoga a Portaria nº 284, de 1º de abril de 1998, do Ministério da Educação. SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 4, DE 31 DE MAIO DE 2013(*)</u> Estabelece os critérios para a dispensa de visita de avaliação in loco pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP e o padrão decisório para os pedidos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial ofertados por instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. (*) Republicada por ter saído no DOU 3-6-2013, Seção 1, páginas 11, 12 e 13, com incorreção no original.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 1.381, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de importação e exportação de petróleo bruto, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, nos casos em que especifica. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 1.380, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2013 e dá outras providências. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) – Departamento do Meio Circulante (MECIR) <u>COMUNICADO 24.249, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Divulga o lançamento das cédulas de 2 e 5 reais da Segunda Família de Cédulas do Real, de circulação comum. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA N° 428, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de junho de 2013, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas. [...]
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA N° 1.557, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Define a estratégia de ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para os exercícios dos anos de 2013 e 2014. <u>PORTARIA N° 1.555, DE 30 DE JULHO DE 2013</u>

	Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA N° 1.554, DE 30 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN N° 334, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Altera a Resolução Normativa - RN n° 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e a RN n° 259, de 17 de junho de 2011, que dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA N° 859, DE 30 DE JULHO DE 2013</u> Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA N° 839, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Habilita o Centro de Referência da Saúde da Mulher de São Paulo para Procedimentos Cirúrgicos, Diagnósticos ou Terapêuticos, em regime de Hospital Dia. <u>PORTARIA N° 838, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde (SCNES) de estabelecimentos e equipes que farão parte do Projeto Mais Médicos. <u>PORTARIA N° 837, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece normas para o cadastramento no SCNES de estabelecimentos e equipes que farão parte do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (PROVAB) no SUS. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA N° 8, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º O resultado do processamento eletrônico da seleção de municípios pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital/SGTES n° 39, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações no Edital/SGTES n° 41, de 18 de julho de 2013 e Edital/SGTES n° 43, de 26 de julho de 2013 encontra-se disponível no http://maismedicos.saude.gov.br. [...]
Ministério das Cidades (MCid)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO N° 449, DE 25 DE JULHO DE 2013</u> Altera o art. 5º da Resolução CONTRAN n.º 331/09, que dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, por órgãos ou entidades componentes do sistema nacional de trânsito, conforme disposto no Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) <u>PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)</u> PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CAPACITAÇÃO AOS PAÍSES DA CPLP CONFORME ESTABELECIDO NO PLANO DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM MATÉRIA DE RECURSOS HÍDRICOS
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 255, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica definido o valor de indenização em R\$ 34.444.390,87 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa reais, e oitenta e sete centavos), referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Rio do Peixe, enquadrada no art. 1º da <u>Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013</u>, observado o disposto no art. 9º do <u>Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012</u>. [...] AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 570, DE 23 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece os requisitos e procedimentos atinentes à comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 197, DE 31 DE JULHO DE 2013</u> Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur - CCCad e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 196, DE 30 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica aprovado o Manual de Instruções para Celebração e Execução de Termos de Compromisso, publicado no sítio <www.turismo.gov.br/manualpacturismo.pdf>, contendo os procedimentos para a contratação de obras infraestrutura turística a serem executadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. [...] <u>PORTARIA Nº 195, DE 30 DE JULHO DE 2013</u> Institui Grupo Executivo com o objetivo de definir e executar ações destinadas à implementação e manutenção do Sistema Nacional de Estatística de Turismo e à elaboração da Conta Satélite de Turismo no Brasil.
Ministério dos Transportes (MT)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 106, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> Disciplina o conteúdo, a sistemática e a apresentação do conjunto de documentos que compõem os Planos de Outorgas referentes à exploração da infraestrutura de transporte terrestre.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.445, DE 26 DE JULHO DE 2013</u> O Conselho Federal de Contabilidade dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e Organizações Contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na <u>Lei nº 9.613/1998</u>* e alterações posteriores.

	<i>* Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei [...]</i> CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFITTO) <u>RESOLUÇÃO Nº 425, DE 3 DE MAIO DE 2013(*)</u> Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 99, de 23-5-2013, Seção 1, página 144, com incorreção no original. <u>RESOLUÇÃO Nº 424, DE 3 DE MAIO DE 2013 (*)</u> Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 98, de 23-5-2013, Seção 1, página 142, com incorreção no original.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
02/08/2013	<u>DECRETO Nº 59.394, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 43.342, de 22 de julho de 1998* <i>*Institui o Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e dá providências correlatas</i>
01/08/2013	ATOS DO GOVERNADOR EXTRATO <u>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</u> Processo CC-9698-12 I ao XXXIII vols. - Assunto: 4º Termo de Aditamento ao convênio 8-12 - Partícipes: o Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesp, e o Município de São José dos Campos - Objeto: a prorrogação do prazo de vigência do ajuste até 26-1-2014, e a manutenção da concessão do aluguel social para 1.750 famílias atendidas - Valor: o valor total do aditamento é de R\$ 5.250.000,00 sendo R\$ 4.200.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$ 1.050.000,00 de responsabilidade do município - Data de assinatura: 26-7-2013.
30/07/2013	<u>LEI Nº 15.109, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 <u>DECRETO Nº 59.391, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório aos integrantes dos cargos efetivos das classes abrangidas pelas Leis Complementares nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, e nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.389, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP

	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 217, DE 2013 São Paulo, 29 de julho de 2013 A-nº 138/2013 [...] De iniciativa parlamentar, a propositura torna obrigatório um efetivo de pelo menos uma mulher nas dependências das Delegacias de Polícia do Estado, para o atendimento de crimes em que a vítima for mulher [...] DOE, Seção I, 30/07/2013, p. 21 VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 141/2013 São Paulo, 29 de julho de 2013 A-nº 139/2013 [...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui o “Dia Estadual da Economia Solidária”, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de dezembro, e dá outras providências [...] DOE, Seção I, 30/07/2013, p. 21
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SF/SGP-1, DE 30-7-2013 Dispõe sobre a contribuição previdenciária ao Regime Próprio de Previdência do Servidor Público - RPPS, dos servidores que ingressaram no serviço público no período de 23-12-2011 a 20-1-2013
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO CONJUNTA SE-SGP-2, DE 2-8-2013 Regulamenta a Lei Complementar nº 1.192, de 28 de dezembro de 2012, que institui a Gratificação de Atividade Pedagógica, e dá providências correlatas RESOLUÇÃO SE 50, DE 31-7-2013 Define procedimentos e critérios do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar/Ano 2014, para cadastramento de alunos e atendimento à demanda do ensino fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo PORTARIA CONJUNTA SEE/SME 1, DE 31-7-2013 Define parâmetros comuns à execução do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar/Ano 2014, para o ensino fundamental, na cidade de São Paulo, e dá outras providências
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SF – 54, DE 1-8-2013 Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 20-7-2013 Na Resolução SF/APE 427, de 15-07-2013: Onde constou: Comunicado 549 da Assessoria de Política Econômica de 19-06-2013 Leia-se: Comunicado 551 da Assessoria de Política Econômica de 15-7-2013

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)
PORTARIA CAF-G 00033, DE 1-8-2013

O Coordenador da Administração Financeira, resolve:

Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JULHO/2013 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala;

Dia 06-08-2013 - Celetistas

Dia 07-08-2013 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais.

Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros às Fundações e Autarquias Estaduais, na conformidade do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07-08-2013.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM)

COMUNICADO

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) informou que a proposta de alteração no Regulamento do Plano de Benefícios Complementares PREVCOM RP está apta para aprovação. A entidade reguladora solicitou à Fundação apenas o envio de documentos complementares que possibilitarão a confirmação definitiva das requisições feitas pela SP-PREVCOM.

A referida solicitação tem como base manifestação da própria Previc acerca da consulta formulada pela SPPREVCOM sobre a data de início de vigência do Plano de Benefícios PREVCOM RP (Parecer 16/2013/CGAF/DITEC/PREVIC), cujo entendimento é de que a previdência complementar, no que diz respeito aos servidores titulares de cargos efetivos e vitalícios, deve abranger somente os que entraram em exercício no serviço público a partir de 21-01-2013, data de publicação da aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP no Diário Oficial da União.

Portanto, foram solicitadas alterações nos artigos 1º do Capítulo I, 84 do Capítulo XI e 1º das Disposições Transitórias do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP. A proposta encaminhada à Previc também solicita prorrogação do prazo para opção da retroatividade dos efeitos financeiros das contribuições ao Regime de Previdência Complementar e, conseqüentemente, a alteração do artigo 1º das Disposições Transitórias do regulamento no que se refere à opção pela retroação. No caso de manifestação positiva do órgão competente, o referido prazo para opção da retroatividade será de 270 (duzentos e setenta) dias, encerrando-se somente em 18-10-2013.

A opção de retroação poderá ser realizada pelos servidores do Estado de São Paulo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, até a data de aprovação dos planos de Benefícios pela Previc, em 21-01-2013, ou à data de ingresso no serviço público do Estado de São Paulo, se posterior, e contará com a participação paritária das contribuições do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação do servidor.

**Justiça e
Defesa da
Cidadania**

GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)
RESOLUÇÃO SJDC N° 059, DE 1-8-2013

Aprova o Manual Básico para Apresentação de Projetos do Fundo

(SJDC)	Estadual de Defesa dos Interesses Difusos
Logística e Transportes (SLT)	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) <u>PORTARIA SUP/DER-033, DE 29-07-2013</u> Regulamenta os procedimentos pertinentes a autorização para a realização de provas ou competições desportivas, assim como de eventos em geral nas rodovias sob jurisdição do DER. (1.6)
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN Nº 1195, DE 29-7-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de julho de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 74, DE 1-8-2013</u> Institui o componente Reforma e/ou Ampliação no âmbito da Política de Apoio à Adequação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, por intermédio do Programa Qualis UBS / 2ª. Fase e dá outras providências.
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
03/08/2013	PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2013 Institui a criação da Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) ao longo da fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul, no oeste do território paulista - área incentivada somente pelo ICMS. DO Legislativo, 03/08/2013, p. 10 PROJETO DE LEI Nº 472, DE 2013 Assegura às mulheres vítimas de violência doméstica benefício pecuniário, e dá outras providências correlatas. DO Legislativo, 03/08/2013, p. 9 PROJETO DE LEI Nº 471, DE 2013 Autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas maiores de 60 (sessenta) anos, na forma que especifica. DO Legislativo, 03/08/2013, p. 9
02/08/2013	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2013</u> Mensagem A-nº 144/2013, do Senhor Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado. [...] DO Legislativo, 02/08/2013, p. 14 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 468, DE 2013</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual "Xadrez na Praça", e dá providências correlatas.

	DO Legislativo, 02/08/2013, p. 22 <u>PROJETO DE LEI Nº 467, DE 2013</u> Dispõe sobre a oferta gratuita de exames de próstata não-invasivos por parte da rede estadual de saúde. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 22 <u>PROJETO DE LEI Nº 465, DE 2013</u> Dispõe sobre a divulgação do nome do compositor musical no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 463, DE 2013</u> Revoga a Lei nº 2.090, de 27 de agosto de 1979, que estabelece a proibição de instalação e funcionamento de indústria de alto risco poluidor na bacia de drenagem do Rio Paranapanema. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 462, DE 2013</u> Autoriza o Poder Executivo a implementar ações para garantia dos direitos da pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida, na forma que especifica. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 461, DE 2013</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir central de atendimento telefônico, na forma que especifica. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 460, DE 2013</u> Autoriza o Poder Executivo a implementar gratuidade nos transportes públicos coletivos de passageiros às pessoas maiores de 60 (sessenta) anos, na forma que especifica. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 454, DE 2013</u> Mensagem A-nº 125/2013, do Senhor Governador do Estado [...] Garante às pessoas idosas, maiores de 60 (sessenta) anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas. DO Legislativo, 02/08/2013, p. 20
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
02/08/2013	<u>LEI Nº 15.842, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Dispõe sobre a concessão de incentivo urbanístico ao Programa de Habitação Social do Conjunto Heliópolis da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 54.156, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> Regulamenta os artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que dispõem sobre a criação, composição e atribuições do Conselho Participativo Municipal em cada Subprefeitura.

31/07/2013	<u>DECRETO Nº 54.153, DE 30 DE JULHO DE 2013</u> Confere nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 48.865, de 25 de outubro de 2007, que estabelece os procedimentos para reconhecimento de imunidade, concessão de desconto ou de isenção de tributos municipais.
30/07/2013	<u>DECRETO Nº 54.149, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Confere nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 51.450, de 29 de abril de 2010, que estabelece a padronização do uniforme escolar da Rede Municipal de Ensino de que tratam as Leis nº 13.371, de 4 de junho de 2002, e nº 14.964, de 20 de julho de 2009. <u>DECRETO Nº 54.148, DE 29 DE JULHO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas – CGP, instituído pela Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

